

Coimbra



▶ **O filme** “Curral de Moinas - Os Banqueiros do Povo” é exibido amanhã (sábado), pelas 21H30, no Largo da Igreja, na Pedrúlla. A sessão integra-se na iniciativa “Cinema ao Ar Livre” promovida pela União das Freguesias de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e Caminhos do Cinema Português. A entrada para o filme realizado por Miguel Cadilhe é gratuita.



DB-Pedro Ramos

Ministério

Filipe Maciel, Isabel Valente e Ana Simões tomaram posse como coordenadores das comarcas de Castelo Branco, Leiria e Coimbra

Público vive

◦◦◦ A situação não é recente, mas pode-se agravar nos próximos três anos.

Neste período, o número de jubilações previstas na classe é da “ordem das duas centenas”. E estas não serão colmatadas no prazo de cinco a oito anos com a realização de “cur-sos relâmpago”.

Uma grave carência de quadros

O Procurador Geral Regional de Coimbra, António Tolda Pinto, reconheceu ontem que, devido “à exiguidade de quadros”, os tempos que se aproximam são de grande dificuldade para os magistrados

de longe”. O magistrado lembrou que, quando esteve em 2008 como coordenador do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no Norte, foi convocado para uma reunião com o Procurador Geral da República, onde “fizemos sentir que os concursos para magistrados de Ministério Público não su-priam as necessidades face às jubilações que se iriam aproximar”. “Na altura, o senhor procurador preferiu vincar a hierarquia e demonstrou muito pouco interesse em relação à questão dos quadros. Desinteresse esse que, ao longo dos últimos anos, se foi mantendo”, frisou.

“Por um lado, podem prover, momentaneamente, determinadas falhas”, afirmou, mas lembrou ainda que o mesmo tempo de formação não permite a estes magistrados “virem a exercer funções nas comarcas de 1.º acesso”. Isso leva a que tenha de haver um grande acompanhamento dos magistrados mais velhos, “o que implica um esforço acrescido”.

“O espírito de equipa, ao sentido de responsabilidade e ao bom senso no exercício das suas funções. Ao mesmo tempo, defendeu a sensibilização dos juizes para conciliarem os trabalhos agendados. É que, devido ao crescimento do volume de trabalho, houve um agravamento de 20 por cento do número de pendências judiciais (processos em tribunal) até ao passado dia 15 de julho. António Tolda Pinto afirmou ainda que nem todos os problemas se devem à falta de quadros. A necessidade de se concentrarem “os despachos pode significar uma maior eficácia, devendo ainda fazer uma aposta no uso dos meios informáticos e, mais importante que isso, a “deixar o mofo de lado” em todo o seu trabalho. | **António Alves**

António Tolda Pinto, reconheceu ontem

que, devido “à exiguidade de quadros”, os tempos que se aproximam são de grande dificuldade para os magistrados

de longe”. O magistrado lembrou que, quando esteve em 2008 como coordenador do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no Norte, foi convocado para uma reunião com o Procurador Geral da República, onde “fizemos sentir que os concursos para magistrados de Ministério Público não su-priam as necessidades face às jubilações que se iriam aproximar”. “Na altura, o senhor procurador preferiu vincar a hierarquia e demonstrou muito pouco interesse em relação à questão dos quadros. Desinteresse esse que, ao longo dos últimos anos, se foi mantendo”, frisou.

Sobre os cursos relâmpago, António Tolda Pinto reconheceu que eles representam algumas “difi-

culdades”. “Por um lado, podem prover, momentaneamente, determinadas falhas”, afirmou, mas lembrou ainda que o mesmo tempo de formação não permite a estes magistrados “virem a exercer funções nas comarcas de 1.º acesso”. Isso leva a que tenha de haver um grande acompanhamento dos magistrados mais velhos, “o que implica um esforço acrescido”.

“O espírito de equipa, ao sentido de responsabilidade e ao bom senso no exercício das suas funções. Ao mesmo tempo, defendeu a sensibilização dos juizes para conciliarem os trabalhos agendados. É que, devido ao crescimento do volume de trabalho, houve um agravamento de 20 por cento do número de pendências judiciais (processos em tribunal) até ao passado dia 15 de julho. António Tolda Pinto afirmou ainda que nem todos os problemas se devem à falta de quadros. A necessidade de se concentrarem “os despachos pode significar uma maior eficácia, devendo ainda fazer uma aposta no uso dos meios informáticos e, mais importante que isso, a “deixar o mofo de lado” em todo o seu trabalho. | **António Alves**

Funcionários judiciais exigem ser tratados com dignidade

◦◦◦ Os funcionários judiciais estão em greve até ao final do dia de hoje. Ontem, primeiro dos dois dias de protesto, o balanço na Comarca de Coimbra foi “bastante positivo”, pois “só vieram trabalhar os funcionários que têm de cumprir os serviços mínimos”, Helena Oliveira, secretária-executiva regional de Coimbra do Sindicato

dos funcionários judiciais, afirmou que a forte adesão significa que começa a ser “cada vez mais penoso trabalhar nos tribunais portugueses”. A não renovação da classe profissional é uma das questões que os funcionários pretendem ver resolvida. “Existem comarcas cuja média de idades ronda os 60 anos”, frisou a sindicalista.



Paula Marques, Helena Oliveira e Rui Dias

DB-AA

“Criar incentivos para que todos aqueles que concorrem e são aprovados tomen, posteriormente, posse dos seus lugares nas respetivas comarcas, a falta de promoções da carreira – “há mais de 800 auxiliares que estão na mesma categoria há duas décadas”, segundo Helena Oliveira –, a inclusão no vencimento do suplemen-

to de recuperação salarial e apresentação de uma proposta de revisão do estatuto profissional são outras das reivindicações do sindicato. Hoje (sexta-feira), tem-lugar o segundo dia de greve, não sendo necessário o cumprimento dos serviços mínimos por parte dos funcionários judiciais. | **A.A.**

Coimbra



▶ **O filme** “Curral de Moinas - Os Banqueiros do Povo” é exibido amanhã (sábado), pelas 21H30, no Largo da Igreja, na Pedrulha. A sessão integra-se na iniciativa “Cinema ao Ar Livre” promovida pela União das Freguesias de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e Caminhos do Cinema Português. A entrada para o filme realizado por Miguel Cadilhe é gratuita.



DB-Pedro Ramos

Ministério

Filipe Maciel, Isabel Valente e Ana Simões tomaram posse como coordenadores das comarcas de Castelo Branco, Leiria e Coimbra

Público vive

uma grave

carênciade quadros

O Procurador Geral Regional de Coimbra, António Tolda Pinto, reconheceu ontem que, devido “à exiguidade de quadros”, os tempos que se aproximam são de grande dificuldade para os magistrados

“... A situação não é recente, mas pode-se agravar nos próximos três anos.

Neste período, o número de jubilações previstas na classe é da “ordem das duas centenas”. E estas não serão colmatadas no prazo de cinco a oito anos com a realização de “cur-sos relâmpago”.

Os dados foram revelados pelo Procurador Geral Regional de Coimbra, António Tolda Pinto,

após a tomada de posse dos magistrados coordenadores das Comarcas de Coimbra, Castelo Branco e Leiria. A saber: Ana Simões, Filipe Maciel e Isabel Valente.

Num discurso com alguns recados externos, António Tolda Pinto recordou que a exiguidade de quadros “já vem

de longe”. O magistrado lembrou que, quando esteve em 2008 como coordenador do Centro de Estudos Judiciários (CEJ),

no Norte, foi convocado para uma reunião com o Procurador Geral da República, onde “fizemos sentir que os concursos para magistrados de Ministério Público não su-priam as necessidades face às jubilações que se iriam aproximar”. “Na altura, o

senhor procurador preferiu vincar a hierarquia e demonstrou muito pouco interesse em relação à questão dos quadros. Desinteresse esse que, ao longo dos últimos anos, se foi mantendo”, frisou.

Esforço acrescido

Sobre os cursos relâmpago, António Tolda Pinto reconheceu que eles representam algumas “difi-

culdades”. “Por um lado, podem prover, momentaneamente, determinadas falhas”, afirmou, mas lembrou ainda que o mesmo tempo de formação não permite a estes magistrados “virem a exercer funções nas comarcas de 1.º acesso”. Isso leva a que tenha de haver um grande acompanhamento dos magistrados mais velhos, “o que implica um esforço acrescido”.

A carreira plana, prevista nos estatutos, foi, no entender do magistrado, “um tiro no pé”. Os índices remuneratórios previstos neste documento, e que provocou desigualdades remuneratórias, teve como consequência “resultados longe do expectável”.

Perante todas estas contingências e dificuldades, o magistrado apelou ao

espírito de equipa, ao sentido de responsabilidade e ao bom senso no exercício das suas funções. Ao mesmo tempo, defendeu a sensibilização dos juizes para conciliarem os trabalhos agendados. É que, devido ao crescimento do volume de trabalho, houve um agravamento de 20 por cento do número de pendências judiciais (processos em tribunal) até ao passado dia 15 de julho.

António Tolda Pinto afirmou ainda que nem todos os problemas se devem à falta de quadros. A necessidade de se concentrarem os despachos pode significar uma maior eficácia, devendo ainda fazer uma aposta no uso dos meios informáticos e, mais importante que isso, a “deixar o mofo de lado” em todo o seu trabalho. | **António Alves**

Funcionários judiciais exigem ser tratados com dignidade

“... Os funcionários judiciais estão em greve até ao final do dia de hoje. Ontem, primeiro dos dois dias de protesto, o balanço na Comarca de Coimbra foi “bastante positivo”, pois “só vieram trabalhar os funcionários que têm de cumprir os serviços mínimos”, Helena Oliveira, secretária-executiva regional de Coimbra do Sindicato

dos funcionários judiciais, afirmou que a forte adesão significa que começa a ser “cada vez mais penoso trabalhar nos tribunais portugueses”. A não renovação da classe profissional é uma das questões que os funcionários pretendem ver resolvida. “Existem comarcas cuja média de idades ronda os 60 anos”, frisou a sindicalista.



DB-AA

Paula Marques, Helena Oliveira e Rui Dias

“Criar incentivos para que todos aqueles que concorrem e são aprovados tomen, posteriormente, posse dos seus lugares nas respetivas comarcas, a falta de promoções da carreira – “há mais de 800 auxiliares que estão na mesma categoria há duas décadas”, segundo Helena Oliveira –, a inclusão no vencimento do suplemen-

to de recuperação salarial e apresentação de uma proposta de revisão do estatuto profissional são outras das reivindicações do sindicato. Hoje (sexta-feira), tem-lugar o segundo dia de greve, não sendo necessário o cumprimento dos serviços mínimos por parte dos funcionários judiciais. A.A.